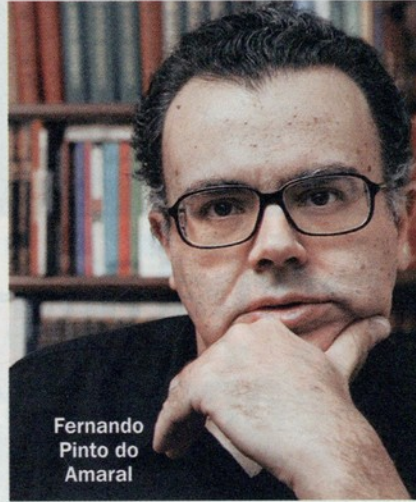


Novos directores na Cultura

«As práticas e índices de leitura são um designio nacional», sublinha, ao JL, Fernando Pinto do Amaral, novo director do Plano Nacional de Leitura (PNL). «É preciso termos consciência que há uma correlação nítida entre o nível de desenvolvimento de um país e os seus índices de literacia». O poeta e ensaísta, prof. da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é um dos novos rostos da Cultura. A ministra Gabriela Canavilhas escolheu ainda Maria João Seixas para dirigir a Cinemateca Portuguesa, o prof. de museologia da Universidade de Évora João Carlos Brigola para a direcção do Instituto dos Museus e Conservação (ICM) e Gabriel Couceiro para o Instituto de Gestão do Património



Maria João Seixas



Fernando Pinto do Amaral

FOTO DE INÁCIO LUDGERO

FOTO DE MARCOS BORGIA

Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), que irá ocupar o lugar deixado vago pelo secretário de Estado da Cultura, Elísio Summavielle. Foram ainda nomeados dois juristas, Luís Silveira Botelho, para a Inspeção-Geral das Actividades Culturais (IGAC), e Fábola de Oliveira Afonso, para substituir a ensaísta e professora universitária Paula Morão, na Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB).

Fernando Pinto do Amaral, 49 anos, que substitui Isabel Alçada, agora ministra da Educação, à frente do PNL, organismo com que já colaborava coordenando o concurso nacional, salienta ainda a sua intenção de «tentar prosseguir o bom trabalho que tem sido feito» na área da leitura. Além da docência universitária e do trabalho de crítica e tradução – Baudelaire, Verlaine ou Borges –, tem coordenado várias iniciativas literárias, nomeadamente *Cem Livros do Século* e a recente embaixada portuguesa de escritores ao Salão de Gêneve. Autor de uma obra poética, iniciada em 1990, com *Acédia* e da qual fazem parte títulos como *A Escada de Jacob* ou *Às Cegas*, estreou-se este ano no romance com *O Segredo de Leonardo Volpi* e publicou recentemente um livro para crianças sobre Sophia de Mello Breyner Andresen, *A minha primeira Sophia*.

Foi com «surpresa», como declarou ao *Público*, que Maria João Seixas recebeu o convite da ministra da Cultura para dirigir a Cinemateca. Um trabalho que irá iniciar em Janeiro e que encara como «estímulo e uma obrigação de merecimento» para com João Bénard da Costa, a quem irá suceder. Pedro Mexia irá continuar como sub-director da Cinemateca. Licenciada em Filosofia, Maria João Seixas, 64 anos, tornou-se sobretudo conhecida pela apresentação de vários programas televisivos, mas foi também assessora para os assuntos culturais de António Guterres. No domínio do cinema, além de co-argumentista de vários filmes,

com Fernando Lopes, dirigiu o Departamento de Produção de Filmes da secretaria de Estado da Emigração, no fim dos anos 70, o Departamento de Venda de Programas da RTC, nos anos 80, e vice-presidente do EFDO – European Film Distribution Office (Programa MEDIA) de 1989 a 97.

O novo director do ICM, que sucede no cargo a Manuel Bairrão Oleiro, por seu lado, é licenciado em História e doutorado em História e Museologia. João Carlos Brigola, 54 anos, é director do mestrado de Museologia, na Universidade de Évora, desde 2001, e, desde 1996, investigador do Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (FCT). É autor, entre outros livros e artigos, de *Colecionismo no século XVIII – Textos e Documentos*.

Vindo da Direcção regional do Ministério da Cultura no Algarve, onde trabalhava desde 2005, Gonçalo Couceiro pretende dirigir o IGESPAR com base «no trabalho e na continuidade, apoiado nas regras da nova lei do Património», como adiantou em declarações ao jornal *Público*. Com formação em Engenharia, licenciou-se posteriormente em História de Arte, na Universidade Nova de Lisboa, e fez um mestrado na Sorbonne, em Paris. Foi assessor para a intervenção urbana, na Lisboa 94, e consultor para os assuntos culturais do presidente Jorge Sampaio. A nova directora da Cultura do Algarve é Dália Paulo, que desde 2002 dirigia a divisão de Museus da Câmara Municipal de Faro.

Fábola de Abreu Afonso, 44 anos, vem do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, para a DGLB, tendo trabalhado na Divisão de Assuntos Fiscais e Financeiros das Empresas e dos Auxílios de Estado na Direcção-Geral das Actividades Económicas. E Luís Silveira Botelho, novo inspector-geral das Actividades Culturais, desempenhou até agora funções na Inspeção-Geral da Defesa Nacional.

António Apolinário Lourenço, Helena Santana, Irene Fialho, Isabel Pires de Lima, Isabel Margato, Jordi Cerda, José Miguel Lume, Maria Teresa Pinto Coelho, Miguel Real e Vincenzo Arsillo.

Alice Vieira homenageada no S. Luiz

A escritora Alice Vieira, que acaba de comemorar 30 anos de carreira, é homenageada hoje, quarta-feira, 16, no Teatro São Luiz, em Lisboa. A festa, que começa pelas 17 horas e tem entrada livre, conta com apresentação de Manuel Luís Goucha e é uma iniciativa do grupo Leya – que edita as obras da escritora na Caminho, D. Quixote, Texto e Casa das Letras. José Jorge Letria, José Oliveira, Leonor Beltrão, Leonor Xavier ou Mário Zambujal são alguns dos (muitos) amigos que subirão ao palco para partilhar histórias, episódios ou poemas, entre outros escritores e editores. Ana Margarida Ramos e José Tolentino de Mendonça abordarão a obra de Alice Vieira do ponto de vista literário, enquanto que o actor João d'Ávila lerá alguns textos. Foi em 1979, que saiu o seu primeiro livro *Rosa, minha irmã Rosa*, e desde então



ILUSTRAÇÃO DE BERNARDO CARVALHO

Alice Vieira nunca mais parou de escrever. Primeiro ainda conciliou a escrita com a profissão de jornalista (nomeadamente no *Diário de Lisboa*) mas, como nos confessou em entrevista recente (JL 1015, de 29 de Agosto) hoje a sua «profissão é a escrita». *Lote 12.º Frente, A Espada do Rei Afonso, Águas de Verão, Os olhos de Ana Marta, Paulina ao Piano, Um fio de fumo nos confins do mar* ou *O Casamento da Minha Mãe* são alguns dos títulos da autora que tem mais de 70 obras publicadas, cerca de dois milhões de livros vendidos e dez dos mais significativos prémios literários em Portugal e no estrangeiro.

TV, serviço público



José Carlos de Vasconcelos

As análises, os comentários, os debates e as polémicas sobre o Programa de Governo, primeiro, e depois sobre propostas, medidas, atitudes, escândalos, etc., que vão inundando a nossa vida política, designadamente parlamentar, e o nosso quotidiano, acabam por fazer com que nunca se fale, ou só raro se fale, de outras questões. Que em última análise podem ser mais de fundo para o nosso futuro colectivo.

Compreende-se bem que, num momento de grave crise como aquele que continuamos a atravessar, tenham prioridade absoluta, em termos de pensar e agir no sentido de os tentar resolver, problemas que afectam directa e profundamente tanta gente como o do desemprego, que já ultrapassa 10% da população activa. Compreende-se bem que as questões do deficit, do desenvolvimento, da produtividade, e tantas outras – incluindo, numa perspectiva de luta política mais «imediate» e partidária, a da governabilidade – ocupem o centro das atenções e do esforço nacional. E compreende-se bem, claro, que nesse mesmo centro continuem múltiplos sectores essenciais, com destaque para os que a vários títulos são mais estruturais e estruturantes, que afectam ou podem afectar mais portugueses, como a Segurança Social, a Saúde e a Educação. Sector este em que, de passagem se sublinhe, a nova ministra, Isabel Alçada, parece estar a conseguir resultados muito positivos, num indispensável espírito e clima de diálogo, em particular com os professores.

MAS NADA DISTO EXCLUI que se tenha a maior atenção, como já se deixou dito ou insinuado, a outras questões; que haja reflexão, discussão e sobretudo acção noutros campos em que também se joga o presente e o futuro de Portugal e dos portugueses, da nossa cultura e identidade nacional, da nossa presença no mundo. E com tudo isto tem a ver a televisão. A televisão que pode e deve, de acordo com as próprias leis que a regem, ser um instrumento de entretenimento, divertimento, distracção, lazer, mas não usando, ou mesmo promovendo, a mediocridade, o primarismo, a uniformização e imbecilização dos gostos, e em consequência das próprias pessoas. Pode e deve, em simultâneo, ser um instrumento de informação, informação de qualidade, um instrumento de transformação de mentalidades, de defesa e difusão dos Direitos do Homem, da paz, da justiça social, de valores e princípios que fazem parte do património das sociedades livres e civilizadas, da nossa língua e cultura, etc.

Ora, olhando para a nossa televisão, verifica-se que em geral a realidade tem pouco a ver com isto, e o que, em geral também, comanda é uma lógica de conquista de «audiências» e procura de lucro – aliás legítima e natural, nas estações privadas, mas não a qualquer preço. O que ainda por cima se faz através da incessante repetição por todos, que não entendo, dos mesmos formatos, das mesmas fórmulas, quase se diria dos mesmos programas, com nomes e protagonistas que nem eles diferem muito...

MAS ESTE CAMINHO LEVAR-NOS-IA LONGE. O que agora quero salientar uma vez mais é a evidência de tudo isto ser particularmente inadmissível no serviço público de televisão – de que sou defensor estrénuo, desde que seja de facto serviço público... O que quero salientar é a urgência de uma análise e um debate do que é e não é, e do que deve ser, a RTP nos seus vários canais.

A urgência de assumir que não se justifica uma televisão pública, se não for para ser diferente das outras – e menos se admite que entre com elas num despique pelas audiências servindo-se dos mesmos métodos e/ou expedientes. Recebendo dinheiro, e nem assim tão pouco, do Estado, e em simultâneo tendo publicidade comercial. Etc., etc. Nem estou a dizer que pura e simplesmente a publicidade deve acabar, pelo menos de imediato; embora acabar, além de pôr termo a uma concorrência a esta luz desleal, também tivesse desde logo a vantagem de afastar a primazia dada às audiências com o intuito de a conquistar. Estou a dizer que o actual estado de coisas é insustentável e deve ser mudado. Já foi pior? Já. Mas isso nem justifica nada, nem serve de «consolação».

Voltei agora ao assunto, porque aqui na vizinha Espanha, e sendo aí Televisão do Estado, a TVE, porventura melhor do que a nossa, talvez com excepção da informação (que é decerto o melhor sector, pelo menos na SIC e na RTP), aqui na vizinha Espanha vai haver, a partir de Janeiro, grandes mudanças. Assim, a publicidade vai acabar e para presidente da TVE, que já tinha tido assinaláveis melhorias, foi nomeado, com acordo e apoio dos principais partidos, um respeitado ex-ministro da Cultura do Governo de Adolfo Suarez, de 80 anos. A perspectiva é, pois, de uma notória valorização do serviço público. E em Portugal?

Reencontrada opereta de Eça de Queirós

Eça de Queirós escreveu o libreto para uma opereta, em parceria com Jaime Batalha Reis. O facto era conhecido, mas, desde 1869, que se perdera o rasto a este texto, dado como desaparecido pelos especialistas. A obra foi agora reencontrada. A revelação foi feita pela investigadora Irene Fialho, na sua conferência «Fradique, de novo», apresentada no colóquio «Os Estudos Queirozianos – os Desafios Actuais», que se realizou em Tormes de 3 a 5 de Dezembro. Com «clara influência de Offenbach», segundo revelou Irene Fialho ao JL, *A Morte do Diabo* (assim se intitula a peça) foi escrita para música de Augusto Machado (1845-1924), que foi director do Teatro Nacional de São Carlos e do Conservatório. «Trata-se de uma obra da primeira fase da vida literária de Eça de Queirós, contemporânea da *Correspondência de Fradique Mendes*. Sabia-se que tinha sido escrita, mas como não estava no espólio de Augusto Machado fora dada como perdida.» Neste colóquio participaram, entre outros, A. Campos Matos, Álvaro Manuel Machado,